

Revista
Latino-americana de

*G*eografia e Gênero

Volume 16, número 1 (2025)
ISSN: 2177-2886

Artigo

Outros Futuros: Nossas Negras Geografias no Fazer Científico

*Otros Futuros: Nuestras Geografías Negras em el
Hacer Científico*

*Other Futures: Our Black Geographies in the Making
of Science*

Fernanda de Faria Viana Nogueira

Universidade Estadual de Campinas - Brasil
ferfviana15@gmail.com

Tais Alves Teixeira

Universidade Estadual de Campinas - Brasil
t235001@dac.unicamp.br

Como citar este artigo:

NOGUEIRA, Fernanda de Faria Viana; TEIXEIRA, Tais Alves. Outros Futuros: Nossas Negras Geografias no Fazer Científico. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 16, n. 1, p. 109-126, 2025. ISSN 2177-2886.

Disponível em:

<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rlagg>

Outros Futuros: Nossas Negras Geografias no Fazer Científico

Otros Futuros: Nuestras Geografías Negras em el Hacer Científico

Other Futures: Our Black Geographies in the Making of Science

Resumo

Na constituição de uma ciência que se funda com e no processo de colonialidade, vemos a busca pela objetividade que se manifesta na ausência do corpo na produção científica. Neste ensaio acadêmico, destacamos que essa prática paira também desde a gênese da Geografia, atestando o controle e a violência dos corpos que não estão dentro da norma patriarcal e branca. Escondidos sob a justificativa de que só a objetividade é capaz de produzir conhecimento, os homens separam corpo e mente, excluindo da produção e do fazer científico mulheres como nós. Em diálogo com mulheres que tensionam o pensamento para a produção de uma outra ciência, e, por isso, também um outro futuro para além dela, debruçamo-nos sobre um fazer fenomenológico enquanto metodologia, isto é, caminho para a construção de uma Geografia que abarca e se faz por nossas negras geografidades. Portanto, partimos da proposta metodológica de revisão bibliográfica, que visa problematizar as ausências das perspectivas negras na Geografia, e chegamos em nossas geografias, que, a partir de nossa corporeidade, abrem caminhos para outros futuros com passos que vêm de antes e de longe.

Palavras-Chave: Feminismo; Fenomenologia; Geograficidade; Corpo.

Resumen

En la constitución de una ciencia que se funda con y en el proceso de colonialidad, vemos la búsqueda de objetividad manifestada en la ausencia del cuerpo en la producción científica. En este ensayo académico, destacamos que esa práctica también está presente desde la génesis de la Geografía, atestando el control y la violencia de los cuerpos que no se ajustan a la norma patriarcal y blanca. Escondidos bajo la justificación de que sólo la objetividad es capaz de producir conocimiento, los hombres separan cuerpo y mente, excluyendo a las mujeres como nosotras de la producción y práctica científica. En diálogo con las mujeres que empujan el pensamiento hacia la producción de otra ciencia y, por lo tanto, de otro futuro más allá de ella, miramos el pensamiento fenomenológico como una metodología, es decir, un camino hacia la construcción de una Geografía que abarque y esté hecha de nuestras geografías negras. Por lo tanto, partimos de la propuesta metodológica de una revisión bibliográfica que pretende problematizar la ausencia de perspectivas negras en la Geografía, y llegamos a nuestras geografías que, desde nuestra corporeidad, abren caminos a otros futuros con pasos que vienen de antes y de lejos.

Palabras-Clave: Feminismo; Fenomenología; Geograficidad; Cuerpo.

Fernanda de Faria Viana Nogueira, Tais Alves Teixeira



Abstract

In the constitution of a science that is founded on and in the process of coloniality, we see the search for objectivity manifested in the absence of the body in scientific production. In this academic essay, we emphasize that this practice has also been observed since the genesis of Geography, attesting to the control and violence of bodies that do not conform to the patriarchal and white norms. Hidden under the justification that only objectivity is capable of producing knowledge, men separate body and mind, excluding women like us from scientific production and doing. In dialogue with women who are putting pressure on thinking in order to produce another science and, therefore, another future beyond it, we look at phenomenological thinking as a methodology, in other words, a path towards building a Geography that embraces and is made up of our black geographies. Therefore, we start with the methodological proposal of a bibliographical review that aims to problematize the absence of black perspectives in Geography, and we arrive at our geographies, which, from our corporeality, open up paths to other futures with steps that come from before and from afar.

Keywords: Feminism; Phenomenology; Geographicity; Body.

Quem foi que te deixou escrever sobre isso?

Pensar a Geografia enquanto ciência que existe com e a partir do corpo tornou-se um imperativo inegociável para nós. O que hoje ganha contínuo crescimento e notoriedade a partir de vozes insistentes que extrapolam as margens antes impostas, por muito tempo, não pode ser escrito e legitimado no campo científico. Gostaríamos, inclusive, que esse pudesse ser um problema já completamente superado, uma estrutura rompida em sua completude. Mas, a fissura pela qual nasce esse texto, fruto de pesquisas e experiências vividas, faz-se por uma brecha ainda pequena. Escrevemos acreditando em todo o movimento que, a partir das mãos de mulheres, ainda há de ser muito maior do que hoje.

São algumas as possibilidades para pensarmos de onde exatamente nasce a Geografia, a qual estrutura as disciplinas que estudamos nas universidades e lecionamos nas escolas, mas, todas essas correntes desembocam em uma tradição exclusivamente masculina em sua gênese. Kant, Ritter, Humboldt, são esses os nomes cravados como precursores de um projeto de ciência que busca a compreensão da relação do homem com a natureza. Estabelecem, portanto, desde o princípio, uma separação, uma quebra entre nós e o mundo em que vivemos, nas primeiras análises ditas como geográficas.

A partir desses pensadores, perfazem-se tantos outros, tidos como responsáveis pela formulação da Geografia enquanto ciência, e, posteriormente, enquanto ciência que se insere no projeto de Modernidade da Europa.

Com isso, torna-se importante colocar – mesmo que em seus estudos e escritos isso tenha tentado ser apagado – que é sob esse olhar e essas mãos que também a Geografia brasileira se constitui.

Vale lembrar que aqui nos referimos a uma escala de maior difusão e alcance, pois mesmo com o silêncio imposto pelas violências generificadas nas produções acadêmicas, existem mulheres na história da construção da

Fernanda de Faria Viana Nogueira, Tais Alves Teixeira



Geografia – em diferentes tempos – que, inclusive, com maior ou menor relação, abrem caminhos para que possamos escrever hoje este artigo. Dentre essas mulheres estão: Bertha Becker, Anne Buttimer, Joseli da Silva, Doreen Massey e Rosa Ester Rossini, esta que, já na década de 80, escrevia, pela primeira vez, no Brasil, uma pesquisa sobre Geografia que se relacionava aos estudos de gênero (Silva; Ornat, 2016).

Embora existentes, as pesquisas e produção dessas geógrafas não estavam presentes em nossa formação de currículo, pois, amalgamada ao processo de colonização, as ciências se constituem por e com um processo de dominação. Esse fazer científico se solidifica sobretudo patriarcal e racista, e se desdobra em violências que até hoje são experienciadas por corpos que se insubordinam à norma, do padrão estipulado por essa colonização.

O fenômeno da colonização, embora historicamente situado, continua presente em dispositivos violentamente incorporados, fundando o que Vergès (2020) coloca como colonialidade. Esse é um processo, constituinte de uma herança que não se desfaz com a falsa promessa e conclusão de independência política e territorial.

Esse caminho, portanto, começa a ser pavimentado por uma Geografia que não se fundamenta nas próprias geografias. Obstrui-se a relação do corpo com o espaço, esta que constitui o mundo, com a qual pode ser revelada uma episteme que se faz na semântica do nome que carrega a nossa ciência: grafias, escritas com a Terra, escritas na Terra não se podem ser feitas sem corpos.

Que caminhos são possíveis? O caminho pelo qual começamos a pensar essa pergunta se desvela, para nós, a partir de um campo de conhecimento outro, que, no princípio, não parecia poder se relacionar com a Geografia que até então conhecíamos. Aprendemos sobre o movimento feminista, e, logo depois, sobre as teorias feministas, já na universidade, porém, fora da sala de aula.

A introdução aos livros e às pensadoras que existiam e escreviam sobre a vida das mulheres era feita em um período extraclasse, pelos movimentos sociais que buscavam reivindicar pautas de corpos que eram apagados do mundo. Essas experiências, no entanto, embora superficialmente separadas, ao nosso olhar, integravam-se em um corpo que começava também a pensar suas geografias, e, mergulhado em pesquisas que desvelavam a inseparabilidade desses corpos com a construção do mundo, entendeu a força de uma geografia ancestral, encarnada, e, sobretudo, insubmissa às lógicas violentas da colonialidade.

O feminismo, com todos os entraves e passos cambaleantes que nos proporcionou, escancarou portas para pensar não somente o gênero, mas os atravessamentos outros que também puderam ser nomeados nesse processo. Foi também com e na Geografia que iniciamos nosso desvelamento sobre raça, sobre habitar o mundo sendo mulheres negras, no Brasil, encontrando e nos encantando também na escrita de mulheres negras uma possibilidade de existência jamais imaginada.

Em momentos distintos, encontramos pensadoras que deram contorno ao que hoje almejamos construir na contribuição de uma Geografia que pensa e se faz com os corpos, e, nesse texto especificamente, com os corpos de mulheres negras. Fernanda de Paula, bell hooks e Simone de Beauvoir marcam a tríade

basilar com a qual escrevemos e faremos a tentativa de movimentar o pensamento da construção de uma Geografia que acreditamos que podemos e devemos construir.

Simone de Beauvoir foi uma filósofa e escritora francesa, que nasceu em 1908, com autoria de obras que se debruçam sobre a experiência vivida da mulher no mundo, fundando um pensamento existencialista que também mergulha nas questões de gênero.

A escritora, também filósofa, bell hooks, nasceu nos Estados Unidos em 1952, sendo destaque no ativismo negro em distintas estâncias, sua produção nos abre possibilidade de pensar a vida das mulheres, sobretudo a vida (e a sua vida) de mulheres negras. Cabe lembrar que o nome de bell hooks é grafado em letras minúsculas neste trabalho, respeitando uma escolha da autora, que prioriza sua obra, suas ideias, buscando com esse político refletir sua recusa de uma produção acadêmica egóica.

Fernanda de Paula é geógrafa, professora de Geografia e escritora, tendo nascido em Campinas, no estado de São Paulo. É integrante do Grupo de Pesquisa em Geografia Humanista Cultural (GHUM), com trabalhos que movimentam e tensionam possibilidades de discussões sobre uma geografia encarnada.

Juntas, as três autoras estabelecem uma potência de diálogo com o pensamento fenomenológico que se abre de maneira contínua, repensando e reimaginando futuros, inclusive os nossos, nós, mulheres negras que escrevemos este trabalho. É no encontro com o fenômeno, com o corpo no mundo, e com o compromisso da construção de uma outra ciência que, em diálogo com essas autoras, reivindicamos uma Geografia que não exclui nossas vidas.

Pensamos que elas, assim como outras referências que dialogam conosco neste trabalho, ajudam-nos a responder à pergunta que muitos homens já nos fizeram, e que acreditamos que, de diferentes formas, também fazem a todas as pesquisadoras que buscam estremecer a ordem um dia imposta: “Quem foi que te deixou escrever sobre isso?”.

A Geografia que se abre à possibilidade da vida, da experiência do que vivemos, coloca-se aqui como fenomenologia. Buscamos com isso também ampliar o debate e não o findar com aquilo que anteriormente foi colocado e ensinado.

Os nossos passos vêm de longe e reafirmam a memória da experiência de mulheres que pensaram suas vidas, nossas vidas. Mulheres que se comprometeram em escrever e com isso alegraram os caminhos da ciência, para que hoje a nossa geografia pudesse se presentificar.

Este artigo, logo, almeja com a experiência vivida, mostrar outros caminhos possíveis de construção de uma Geografia comprometida com a desobediência, com a insubmissão de uma ordem outrora imposta, na certeza de que essas raízes já hoje se fazem e se multiplicam.

A ideia-força que nos impulsiona está na postulação da escrita de uma Geografia que considera, e tem na memória nossos corpos, abrindo-se para experiência das geograficidades das mulheres negras.

Para isso, esse artigo se estrutura em quatro partes: (1) "A quem pertence a Geografia?" Memória e resgate, em que situamos nossa trajetória nos estudos

da Geografia, com a crítica à impossibilidade de ver nossos corpos na ciência que fazemos e escolhemos; (2) "'E eu não sou uma mulher?' Encontros e desencontros nos possíveis feminismos", destacamos o papel das teorias feministas para nossas experiência enquanto mulheres negras, tensionando, também, como isso reverbera na ciência e na Geografia; (3) "Ser: reescrever para lembrar nossas negras geografias", apresentamos nosso alinhamento para pensar outros futuros na Geografia, reivindicando nossos corpos, e, com isso, a inseparabilidade dos mesmos na produção do espaço, que fundam as geografidades, sem as quais a Geografia não pode se sustentar; por último, em (4) "Nossos passos vêm de longe!", Concluimos o texto enfatizando a importância dos caminhos que, via a escrita de mulheres no mergulho de uma construção fenomenológica, abrem caminhos para nossas negras geografias.

A Quem Pertence a Geografia? Memória e Resgate

Como parte essencial dos mecanismos de controle do conhecimento e da fundação de estruturas que até hoje reverberam de forma latente na humanidade, tem-se o estabelecimento da Europa enquanto ideia que funda uma identidade, por meio do domínio e da colonização de vastos territórios no mundo, dentre eles, o que hoje conhecemos como América Latina.

A “conquista”, ou, como nos coloca Dussel (2005), o *ego conquiro* é aquele que precede o *ego cogito* colocado por Descartes, e que coroa a Modernidade como projeto que passou a ser imposto ao que ficou denominado como “outras partes do mundo”.

Com a exploração e o domínio dos povos e de suas terras, que, posteriormente, foram nomeadas de Américas, a história do mundo começa a se deslocar. É dessa maneira, com a invasão e o extermínio cultural, religioso e intelectual dos povos indígenas e africanos que a Modernidade – e a Europa – começa a ser nomeada, e também a se estabelecer em parâmetros semelhantes aos que atualmente conhecemos (Mohanty, 2008).

A “nova” história do mundo se constrói a partir de uma “história única”, assumindo todas as assimetrias que essa postura pode ter. A história mundial é, então, contada pelo homem branco, europeu, patriarcal e heterossexual (Lugones, 2008). Uma história unilinear não é o que acontece, mas é o que se sustenta. Faz-se, inclusive, sob a perspectiva de um paradoxo constante, pois, para se estabelecer como centro, a Europa usa os conhecimentos dos povos subalternizados contra eles mesmos.

É, portanto, como um “rpto epistêmico” com o intuito de estabelecer uma “salvação” e um “desenvolvimento” para os povos não-europeus, que a própria identidade dos colonizadores se estabelece, apagando todo tipo de memória que fuja dos ideais de progresso, defendidos, sobretudo, sob a chancela de uma ciência que traz o conhecimento como justificativa de violências e submissão (Dussel, 2005).

Grosfoguel (2008) salienta que não só a história mundial se desloca para o centro e subalterniza a periferia, como também passa a construir uma outra história para esses povos do Sul Global: o que se estabelece aqui é uma dominação racial, sexual, religiosa, epistêmica, cultural e linguística. Dessa forma, a “conquista” europeia funda uma marginalização complexa que não

pode ser explicada apenas pelo âmbito econômico.

A colonização enquanto processo se desdobra na colonialidade (Lugones, 2008), faz-se presente nas experiências vividas também na atualidade. Um dos primeiros textos que lemos nas aulas da graduação em Geografia carrega em si algo de grande significado em nossa memória: "A Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra", Lacoste (1988), com tradução para o português de 1988, marca o debutar de uma construção do que seria a ciência geográfica a partir da perspectiva dos nossos professores. Lacoste foi o primeiro de muitos homens que lemos, formando uma extensa lista bibliográfica do que era a Geografia.

"Pode o subalterno falar?", questiona Spivak (2018). Cronologicamente longe do acontecimento da colonização, mas muito perto do processo da colonialidade, começava a descobrir que não, em meio aos primeiros passos na universidade, o subalternizado só existiria mesmo no lugar de subalterno, aquele que fora dominado e violentado, cuja geografia também fora apagada. A Geografia nos era apresentada em seu sentido "tradicional", a produção dos textos que buscavam debater, refletir e compreender a relação entre sociedade e o mundo, era feita por homens. Homens "conquistadores".

A essa produção se deu também uma naturalização de um entendimento e aceitação da produção de um conhecimento tido enquanto neutro, universal e, com isso, descorporificado. Partindo do princípio de que os homens se colocavam como imunes às emoções, ao sentir, eles legitimavam seus métodos e metodologias para solidificação do que defendiam ser uma ciência enquanto verdade imparcial.

Com isso, também enfatizamos a criação de uma ciência em que se engendram dualismos generificados: a ciência se faz à luz da razão, do poder e, por isso, do masculino. Ao feminino são relegadas as emoções, o corpo, e a impossibilidade de produção de conhecimento (Silva, 2020).

Fomos aprendendo que os corpos que escreviam eram sempre apresentados como corpos de ninguém, a linguagem que estava na tessitura de seus estudos e análises eram pálidas de cor, emoções e relações. Entendemos que corpos como os nossos não eram só objetificados fora da academia, mas também dentro: por aqueles que se colocavam como detentores únicos capazes de produzir a Geografia, que escreviam e forjavam uma memória fetichizada sobre aquelas que me antecederam. Na busca de tentar o respeito e o êxito no campo em que escolhemos pesquisar, tentamos também vestir uma máscara branca (Fanon, 2008)¹.

Na inquietação pela busca de entendimento de quem éramos e de quem poderíamos ser, encontramos o movimento feminista. Primeiro, como movimento social, a busca e a reivindicação pelos direitos das mulheres. Depois, com maior aprofundamento, na teoria feminista que estava, principalmente, no campo das Ciências Sociais. Nascia, para nós, a ideia de um movimento que lutava pelo direito das mulheres de existir, inclusive nos seus trabalhos de pesquisa.

Haveria, portanto, o desvelar de um limiar possível de estreitamento entre o

¹ A obra de Fanon que aqui utilizamos, intitulada "Pele Negra, Máscaras Brancas", foi originalmente publicada em 1952.

que começávamos a viver com nossos corpos e o trabalho feito academicamente nas pesquisas em Geografia das universidades? O que uma Geografia que incluía as mulheres poderia construir? Se o mundo era feito e pensado por homens, sobre o que era possível falar sendo uma mulher?

Em uma estrutura social tão forte e violenta quanto o patriarcado, começaram a se abrir falhas sísmicas, provocadas por mulheres que, com suas geografias, fizeram surgir os espaços que nossos corpos desejavam - e ainda desejam - habitar. O feminismo, em sua prática, e também em sua teoria, alargava o horizonte que antes parecia impenetrável.

“E Eu não Sou uma Mulher?” Encontros e Desencontros nos Possíveis Feminismos

O movimento feminista que surge no âmago das revoluções europeias e se constrói por elas, sendo voltado para as mulheres brancas daquele continente e atravessado pela colonialidade. Os preceitos impostos pela lógica colonial e patriarcal invadem e captam as perspectivas feministas que surgem no bojo ocidental, muitas vezes, impondo que haja uma universalização da existência, das opressões, e, principalmente, do que deve ser almejado como liberdade para essas mulheres (Mohanty, 2008).

O feminismo civilizatório, como coloca Vergès (2020), incorpora e submete as mulheres a uma lógica ocidental de construção de identidades, e, sobretudo, também subjuga e determina que aquelas e aqueles que não seguem à lógica ocidental, branca, heterossexual e cristã necessitam de salvação.

O movimento feminista, então, nessa perspectiva, adere a um significado universal de patriarcado e opressões sofridas pelas mulheres. Essa construção de pensamento e posicionamento deve ter foco em nossas discussões, pois, se intentamos com esse movimento enfrentar o problema da construção da mulher enquanto alteridade que sempre está à margem do homem, também podemos observar com isso a criação de uma categoria genérica para as próprias sujeitas em questão do movimento feminista. Até que ponto é possível criar uma categoria estável de mulher que se sustenta frente à vida e às reivindicações que acontecem no plano do real, do mundo vivido por cada uma?

Pensadoras negras, como hooks (2019), fizeram ecoar a pergunta, denunciada em 1851 por Sojourner Truth, em que há um questionamento, um grito constantemente silenciado pelas práticas racistas que reverberaram também no movimento feminista. “E eu não sou uma mulher?” volta, pelas palavras de bell hooks, para tensionar e questionar práticas feministas que não se engajam também em uma libertação das mulheres negras, que, além da opressão de gênero, são também violentadas pelo racismo, que, mais uma vez, evoca a colonialidade presente no cotidiano das mulheres.

Subvertendo os essencialismos que corroboram com a impossibilidade de existência das mulheres, o feminismo se abre enquanto caminho para um fazer científico que inclua corpos, e, corpos negros como os nossos. É um feminismo, dessa maneira, que reflete o olhar para as diferentes opressões e estruturas que atuam sobre os corpos, sendo, também, uma possibilidade de ver e pensar nossas vidas para além, na construção de um projeto que pode e

almeja vir-a-ser, extrapolando o destino que parece ser imputado pelo gênero, raça e qualquer outro atravessamento que os corpos das mulheres experienciam no mundo.

Beauvoir (2016)² entende e nos coloca que o “tornar-se mulher” é um processo constitutivo, que nunca estará dissociado do momento histórico e cultural em que se insere. O vir-a-ser imperativo, o convite inegável de possibilidades de presença no mundo sempre estará no horizonte da existência. É a abertura do tornar-se, também colocada em hooks (1990) como necessidade e direito de fazer-se outro, tendo a possibilidade de nomear a realidade que outrora foi descartada, deslegitimada.

A experiência vivida ganha força na escrita de uma obra que marca o feminismo e hoje nos coloca em movimento para pensar para além do destino estipulado, para além da estrutura solidificada. A fenomenologia e o existencialismo que transbordam as linhas da obra de Beauvoir, "O Segundo Sexo", publicado originalmente em 1949, colocaram-se com força e sentido para o engajamento de um fazer científico. Com a fenomenologia que nasce no pensamento beauvoireano, mergulhamos na possibilidade de pensar os pilares de dominação das mulheres, mas, para além disso, há também um projeto de liberdade posto em reflexão.

A intersubjetividade, que desponta no pensamento de Simone de Beauvoir, coloca em questão a recusa entre um dualismo ontológico entre natureza e espírito, trazendo ênfase à noção de que é necessário pensar a dominação da mulher no sentido existencial, que alarga a concepção de que a superação dessa violência se daria somente por vias biológicas, de classe ou psicossociais. É ao superar a ambiguidade entre imanência e transcendência, apropriando-se dessas possibilidades de vir-a-ser é que o enclausuramento do que a mulher é pode ser descontinuado. O tornar-se, reivindicado por bell hooks (1990), caminha nessa também insubordinada direção: como totalização em curso, a mulher transcende o destino de estagnação de ser alteridade sem reciprocidade.

“Ser”, como verbo, é concebido em movimento de ação e, por isso, aqui, não há manuais que indiquem um caminho único, mas abertura para ambiguidade de ser-se em movimento, podendo romper com destinos coletivamente cristalizados.

É certo que a contribuição de Beauvoir lançou as bases para o aparecimento da filosofia feminista. O que é mais vital na filosofia feminista é o fato de utilizar todas as ferramentas da tradição filosófica para desafiar e romper com os cânones patriarcais, oferecendo uma compreensão mais abrangente e verdadeira da natureza da experiência humana (hooks, 2012, p. 227, tradução nossa).

Como interpreta hooks (2012), não há uma mera reconstrução de um pensamento filosófico, apesar de saltar aos olhos uma influência abrangente do pensamento hegeliano, a chave interpretativa e projetada por Beauvoir para

2 A obra de Beauvoir que aqui utilizamos, intitulada de "O Segundo Sexo", foi originalmente publicada em 1949.

pensar a realidade das mulheres é o enfrentamento e superação da dualidade entre sujeito e objeto.

Extingue-se, assim, o escopo de tentativa de liberdade que alcance a mesmidade dos homens. O futuro experienciado pela liberdade das mulheres se faz por uma experiência vivida e pensada pelas mulheres, ainda sempre em relação de alteridade que atravessa sua existência por outros. As diferentes formas de existir na escrita e se reinventar a partir dessa arte, mostram-se, inclusive, como potentes e importantes formas de fissurar o destino de violências instaurado. A escrita tem sido, incluindo as vidas de Simone de Beauvoir e bell hooks, uma forma de transformar, uma forma de ser e de encontrar memórias de um futuro outro.

Simone de Beauvoir, como intelectual, filósofa, crítica cultural e como mulher de esquerda politicamente radical, traçou um caminho que foi vital para mim durante todo o processo de meu crescimento intelectual. Quando ela morreu, eu já havia escrito memórias, teoria feminista, poesia e crítica cultural. Mais uma vez, Beauvoir, como escritora de muitos gêneros diferentes, confirmou esse processo (hooks, 2012, p.233 tradução nossa).

Em dias como esse, em que escrevemos este trabalho, é difícil imaginar outros futuros. Torna-se quase impossível pensar que a escrita, a pesquisa, e outras formas artísticas de presentificação de nossos corpos possam fazer parte da transformação coletiva de liberdade. Na tessitura e elaboração deste artigo, há o constante medo: no mês de junho de 2024, no Brasil, a Câmara dos Deputados colocou em votação o Projeto de Lei de nº 1904/24, em que equipara as práticas de aborto aos crimes de homicídios, podendo a mulher que aborta após a 22ª semana de gestação ser condenada à prisão de 6 até 20 anos, mesmo em casos que a gravidez tenha ocorrido pela violência de estupro (Haje; Seabra, 2024).

As manchetes dos jornais, as notícias na televisão, os gritos de socorro que invadem as ruas em protestos públicos e coletivos se manifestam como tentativas de acreditar que pode ser diferente. Tudo isso faz doer e sangrar uma ferida que assola nossos corpos. A maior parte dos crimes de estupro no Brasil acontece com meninas de até 13 anos. A maior parte dos crimes de estupro no Brasil acontece com meninas de até 13 anos pretas e pardas (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023). Como continuar? Como acreditar?

um útero é um sarcógafo
de uma mulher
é a máquina
inquebrantável
de uma mulher

uma mulher é um útero
que carrega algo
há dias em que gente
há dias em que chumbo (Arraes, 2021, p.23).

Nossos corpos inevitavelmente são erodidos pelo medo. Somente no ato de ler as palavras e imagens que circulam na mídia sobre as violências contra os corpos das mulheres, sentimos nossos corpos mais uma vez interditados, abusados, sexualizados. Porque um dia também foram os nossos. Em algum momento, também fomos nós essas meninas. O compromisso de escrita e da pesquisa finca, portanto, um engajamento coletivo de enfrentamento com e a partir do que escrevemos.

Assumir a responsabilidade não significa negar a realidade da injustiça institucionalizada. Por exemplo, o racismo, o machismo e a homofobia criam barreiras e incidentes concretos de discriminação. Simplesmente assumir responsabilidade não significa que possamos impedir que atos discriminatórios ocorram. No entanto, podemos escolher como reagimos aos atos de injustiça. Assumir a responsabilidade significa que, diante de barreiras, ainda temos a capacidade de inventar nossa vida, de moldar nosso destino de formas que ampliem nosso bem-estar ao máximo. Todos os dias praticamos essa transmutação para lidar com realidades que não podemos mudar facilmente (hooks, 2020, p.97).

Ancoradas nas palavras de hooks (2020), desse modo, reescrevemos nossos futuros. Entendendo que não há caminho fora do corpo, pois, uma ciência desencarnada é meramente uma tentativa opaca e superficial de entendimento do mundo. Por isso, aqui nos aproximamos do pensamento feminista de bell hooks e de Simone de Beauvoir, almejando também desvelar, nomear e, assim, criar a Geografia que nos inclui.

Notadamente, existem diferenças de perspectivas no que se desdobra entre Beauvoir e hooks, principalmente no que tange ao sentido de raça. Ainda assim, as diferentes experiências de ser e de estar no mundo aparecem em suas teorias, permitindo-nos a aproximação, a partir do entendimento da fecundidade desse diálogo, por estarem alinhadas à necessidade de abertura da concepção sobre o que pode ser uma mulher.

Ganha força a escrita que mergulha no fenômeno, inclusive no fenômeno de pensar a coletividade a partir de suas próprias vidas, inaugurando o enfrentamento das opressões estruturais por vias que extrapolam o meio científico do saber, como por exemplo, a literatura.

Sobre isso, lembramos aqui também do escrever como “doce vingança”, sendo essa ação, gestada por Conceição Evaristo (2024), a potência para reinventar os destinos que nos foram impostos. Enegrecer o feminismo é também nos colocar enquanto memória viva, é trazer nossa experiência em movimento de autenticidade ao feminismo que precisa incluir a vida de mulheres negras (Carneiro, 2019).

Nesse sentido, enfatizamos a potencialidade da convergência do pensamento da filosofia sustentada por hooks e Beauvoir, que marca que não há vida sem corpo, assim como não há pensamento fora de um corpo, e não haverá possibilidade de existência de uma escrita sem corpo.

Chamar atenção para o corpo é trair o legado de repressão e de negação que nos tem sido passado por nossos antecessores na

profissão docente, os quais têm sido, geralmente, brancos e homens. [...] O mundo público da aprendizagem institucional é um lugar onde o corpo tem de ser anulado, tem que passar despercebido (hooks, 2018, p. 145).

Para enfrentar os paradigmas patriarcais que se instauram na formulação de uma ciência geográfica, falaremos com e a partir daquilo que constantemente parece ser tirado de nós, nossos corpos. Nossos corpos negros, que experienciam, pensam e escrevem lançando mão da relação com o mundo, sem ausentar nossas geografias cotidianas, nossa geograficidade.

Ser: Reescrever para Lembrar Nossas Negras Geografias

Mas afinal, qual seria a Geografia das mulheres negras? Ela realmente existe?

No meio das pernas o espaço
/dentro do útero o espaço
colonizado com lugar e espaço

o silêncio do
espaço entre
as pernas

o silêncio do
espaço dentro
do útero

Este trecho do poema *Dis place*, escrito por Marlene Nourbese Philip (*apud* McKittrick, 2024, p. 496) nos dá uma pista para pensarmos as geografias das mulheres negras e suas corporeidades. Sobretudo no contexto da colonialidade, em que os corpos dessas mulheres foram mutilados, comprados, vendidos, traficados e que, além disso, a reprodução da vida por meio dessas iniciativas violentas e perversas promoveu a metropolização, industrialização e a produção de riquezas. O corpo negro feminino é dotado de “memoriacorpo”, para a poeta, o legado do cativo e a expropriação permitem reconhecermos as desigualdades do momento presente. Neste âmbito, o gesto de trazer à tona essa “memoriacorpo” é de suma importância para compreendermos como a feminilidade negra está em relação às geografias insubmissas.

Quando McKittrick (2024, p. 496) parte do *Dis Place* para problematizar o que seria o espaço das mulheres negras nesse contexto da colonialidade, a autora defende que esse seria o espaço entre as pernas, o espaço do meio, ou o des-lugar, que se configura pela união entre corpo e mente, na representação das mulheres negras no Novo Mundo.

No meio. As pernas. A mulher negra chega ao Novo Mundo apenas com o corpo. E o espaço do meio. O europeu a compra não só por sua força mas também para o serviço sexual para o homem negro - para mantê-lo calmo. E para produzir novos bens móveis - unidades de produção - para a máquina da plantação. A mulher negra. E o espaço

Fernanda de Faria Viana Nogueira, Tais Alves Teixeira

no meio das pernas (Philip *apud* McKittrick, 2024, p. 493-494).

O corpo negro é marcado pela lógica racista de transformação das mulheres negras em tecnologia sexual. É possível exemplificar tal mentalidade misógina no contexto brasileiro, em citação à Gilberto Freyre em "Casa Grande e Senzala":

Com relação ao Brasil, que o diga o ditado: 'Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar'; ditado em que se sente, ao lado do convencionalismo social da superioridade da mulher branca e da inferioridade da preta, a preferência sexual pela mulata. Aliás o nosso lirismo amoroso não revela outra tendência senão a glorificação da mulata, da cabocla, da morena celebrada pela beleza dos seus olhos, pela alvura dos seus dentes, pelos seus dengues, quindins e embelegos muito mais do que as 'virgens pálidas' e as 'louras donzelas' (Freyre, 2000, p. 36).

Como é possível verificar, o gênero é experienciado de maneira distinta. Se partirmos da citação é possível compreendemos como essa relação perversa que pressupõe que a mulher branca é para casar, a "mulata" para ter relações sexuais e a negra para trabalhar ainda persiste quando nos deparamos com o que tem sido denominado de "solidão da mulher negra". Nossos corpos foram e são tomados como meramente objetos, que, uma vez dominados, tornam-se a materialização obrigatória do prazer alheio (Carneiro, 2019).

De forma violenta, nossas negras geografias dão contorno, forma e vida aos espaços que hoje existem e já existiram. Sobre isso, Vergès (2020) nos lembra que é o trabalho das mulheres negras que sustenta as cidades. Um trabalho invisível, desvalorizado, racializado e generificado que, mesmo sendo pilar para realização da vida em si, permanece sendo apagado, excluindo-nos de espaços que não sejam aqueles de subordinação.

Sobre isso, De Paula (2024) nos interroga, a partir de sua reflexão e experiência: quais são os lugares que as mulheres negras podem estar? Quais os espaços são tidos como naturalmente destinados aos corpos negros?

É, contudo, preciso que eu seja justa; há lugares em que minha presença de mulher negra não é problemática. Lugares em que minha presença não levanta suspeita, dúvida, beligerância, espanto; esses lugares são as partes de trás de balcões servindo as pessoas, carregando as compras de clientes dos supermercados, nos elevadores de serviço (ao invés do elevador social), nos espaços públicos degradados, pois ignorados pelo Estado, nos pontos de ônibus. Minha presença não é um espanto, uma dúvida, uma suspeita quando eu, mulher negra (e todos os outros pardos, negros), estou dentro dos ônibus apinhados do horário de pico, vivendo-sofrendo nos serviços de transportes públicos das cidades brasileiras, serviços moral e eticamente imundos. Imundos na medida em que submetem a população (e seletivamente, certa parcela da população) ao cotidiano de longas esperas, de pontos de ônibus em más-condições, sob o sol impiedoso ou sobre céus de tempestades e chão alagados (De Paula, 2024, p.127).

As geografias negras existem. Nossa relação com o mundo é parte constituinte também da disciplina, que se faz dentro e fora da academia, e que, mergulhando na história do Brasil, atravessa séculos de exclusão, produzindo dispositivos sociais que até hoje impedem muitos e muitas de nós, principalmente mulheres negras, de ocupar espaços de produção do conhecimento científico. Muitas vezes, inclusive, naturalizando um destino de dominação e violência para com os corpos negros (Ratts, 2020).

Como exposto no manifesto "Por uma geo-grafia negra", em 2019, no XIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia, são muitos os projetos que caminham na construção de geo-grafias negras, não há um único caminho ou direção a ser seguida em sentido teórico e epistemológico, mas sobretudo, há a atávica reivindicação pelo resgate da memória e abertura da possibilidade futura aos corpos negros que são e fazem a Geografia existir.

Incorporando o entendimento que nós fazemos parte, modificamos, construímos o mundo e por ele também somos concebidos e, na contramão do que nos torna invisíveis, pensamos a Geografia a partir de nossa mais íntima relação com o espaço, com nossas geograficidades.

O sentido que carrega a geograficidade traz à superfície o modo de existência inalienável com o mundo circundante (Dardel, 2015). Devolve-nos, portanto, uma Geografia que é tomada pelas cores, cheiros, sabores e sentimentos, em que interioridade e exterioridade seguem juntas um só caminho.

[...] o vocabulário afetivo afirma que a Terra é apelo ou confiança, que a experiência do rio, da montanha ou da planície é qualificadora, que a apreensão intelectual e científica não pode extinguir o valor que se encontra sob noção. Medo, admiração, simpatia, participamos ainda, por mais modernos que sejamos, por um acordo ou desacordo fundamental, do ritmo do mundo circundante (Dardel, 2015, p.6).

Enquanto um fenômeno vivido, tomamos posse do espaço geográfico, pela via fenomenológica que nos possibilita olhar o mundo na relação indissociável entre corpo e mundo, em que se fundam nossas geograficidades. Desse modo, dialogamos com a geógrafa De Paula (2017), e assumimos o corpo não tão somente enquanto relação causal, sendo puramente objeto, mas também aqui mergulhamos no sentido dialético e consciente entre corpo e mundo.

Reivindicar nossos corpos negros para além de uma objetividade forjada na ciência é lembrar que “anterior a Geografia enquanto disciplina acadêmica há aquilo que a sustenta: nossa relação inalienável com a Terra” (De Paula, 2017, p.27). Nesse sentido, evocamos aqui os feminismos e teorias vociferados por hooks e Beauvoir, em que a partir da intersubjetividade, abolindo as dicotomias e formas de liberdade anteriormente pensadas e escritas por homens (hooks, 2019; Beauvoir, 2016), nós fazemos, faremos e somos nossas negras geografias.

Por isso também marcamos nesta escrita a escolha de qualificar como negra a Geografia que funda este texto. Para lembrar e reescrever as memórias de uma ciência que também se faz no hoje, por múltiplos corpos que pensam

através do sentir, que apreendem o mundo sentindo (De Paula, 2017).

A defesa do sentir, ação pela qual apreendemos e somos com o mundo, evoca o diálogo com Beauvoir (2016) e hooks (1990), que também reivindicam a possibilidade de ser, presumindo a inseparabilidade do corpo que sente com o mundo que vivemos, que pesquisamos e escrevemos. Desse modo, olhar para nossas geografidades é assumir o encontro com o que sentimos.

[...] por mais ‘imparciais’ e/ou ‘racionais’ que consideremos nossas práticas e opiniões, elas têm sua existência orientada por tudo que já vivenciamos. Nossas práticas e opiniões políticas brotam e se consolidam em função de nossa relação corpórea-fenomenal com o mundo (De Paula, 2024, p.146).

Assim, se assumimos até aqui a necessidade de marcar a violência que nos desencarnou da Geografia, também agora enfatizamos que nossas geografidades extrapolam o enclausuramento pautado na colonialidade, e, finalmente, podem assumir protagonismo de um pensamento que é ação, e que, por isso, é também uma reescrita do mundo em que vivemos.

Assim como coloca De Paula (2024, p.147), “[...] a geograficidade do corpo negro faz parte do nosso dia a dia, das nossas relações com nós mesmos e com os outros, faz parte de nosso mundo”, e, por isso, afirmar essa experiência enquanto parte constitutiva da Geografia, é abrir futuros diferentes, que já se fazem presentes no desvelamento de nossas geografidades que são, também, uma forma de enfrentamento do racismo.

Rompemos o silêncio que nos foi imposto para desvelar um fazer científico que perde sua pretensa pureza, ao mergulharmos nas experiências da corporeidade negra. Vivas, nós construímos uma ciência que se afeta, alicerçando-se em outros futuros que se comprometem em transcender destinos.

A Geografia que se faz, e se fará, sempre, com geografias.

Nossos Passos Vêm de Longe!

O projeto de Modernidade constrói uma tradição científica que se pauta em uma suposta separação entre corpo e mente. A mente, símbolo da racionalidade, poderia ser capaz de produzir uma almejada objetividade científica. O corpo, imbuído de emoções, representaria a mácula feita por uma subjetividade. Seguindo essas e outras dicotomias, a Geografia se consagra enquanto ciência, tendo em sua concepção as violentas heranças do colonialismo.

Com isso, observamos a construção de uma Geografia que ratifica os dualismos, fortalecendo a generificação dessa estrutura: às mulheres é legado o corpo, portanto, não devem fazer ciência, seu conhecimento não será legitimado, e seu corpo aparecerá somente como objeto. Produz-se uma Geografia apartada do que a sustenta, longe das nossas relações com o mundo.

Partindo do feminismo, aproximamo-nos do entendimento e nomeação dessas violências, e também recuperamos a memória de quem somos, e de

quem também podemos ser. Com a fenomenologia presente no pensamento de Simone de Beauvoir (2016), bell hooks (1990) e Fernanda de Paula (2017), voltamo-nos às possibilidades de outros futuros, em que nossas geograficidades podem e já estão fundando negras geografias.

Dessa forma, desvelamos um caminho possível para uma Geografia que se faz com nossas geograficidades via um fazer fenomenológico, presente também na escrita que traz a vida e a partir da vida das autoras que aqui dialogamos. Com o mergulho no fenômeno de nossas experiências, enfrentamos e buscamos contribuir com a escrita de um fazer científico que, durante muito tempo, minou não só nossa possibilidade de existir na Geografia, mas de nos colocarmos enquanto mulheres, existências negras que produzem e são parte do espaço geográfico.

A potencialidade de pensar o corpo, de ver nossos corpos negros, as experiências das mulheres negras, abre-se, e, assim, também tece outros futuros. Assim, não viveremos à sombra do colonialismo que nos impede de sonhar e sermos também parte da Geografia. “Nossos passos vêm de longe”, como coloca Jurema Werneck (2017), e nas fissuras escritas por mulheres negras que lutaram para ser, hoje, continuamos a caminhada. Hoje, continuamos a abertura de ser enquanto verbo que se coloca no tempo presente.

Referências

ANPEGE. **Manifesto por uma Geo-grafia negra**. Documento lido pela Rede de Geógrafxs Negrxs na assembleia final do XIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia. São Pulo: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, 2019. Disponível em: <https://www.anpege.ggf.br/documento.php?id=41>. Acesso em: 27 jun. 2024.

ARRAES, Jarid. **Um buraco com meu nome**. Alfaguara: São Paulo, 2021.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano. 2003. p. 49-58.

DARDEL, Eric. **O homem e a Terra: a natureza da realidade geográfica**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

DE PAULA, Fernanda Cristina. **Resiliência encarnada do lugar: vivência do desmonte na Linha (Brasil) e em Mourenx (França)**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

DE PAULA, Fernanda Cristina. Ser corpo-negro: con-vívio, dis-córdia e presença nos lugares e territórios. In: DA SILVA, Claudinei; FURLAN,

Reinando (Org.). **Figuras da Carne**: diálogos com Merleau-Ponty. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2024.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e Eurocentrismo. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

EVARISTO, Conceição. **Discurso de Posse na Academia Mineira de Letras**. 2024. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xNO7ltJQEc>. Acesso em: 18 jun. 24.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: UFBA, 2008.

GROSGUÉL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 80, p. 115-147, 2008.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**: introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2000

HAJE, Lara; Seabra, Roberto. **Projeto de lei prevê pena de homicídio simples para aborto após 22 semanas de gestação**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2024. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1071458-projeto-de-lei-preve-pena-de-homicidio-simples-para-aborto-apos-22-semanas-de-gestacao>. Acesso em: 14 jun. 2024.

hooks, bell. **Yearning: race, gender and cultural politics**. South End Press, 1990.

hooks, bell. True philosophers: Beauvoir and bell. *In*: **Beauvoir and Western Thought**: from Plato to Butler. State University of New York Press, 2012.

hooks, bell. Eros, erotismo e o processo pedagógico. *In*: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. São Paulo: Autêntica Editora, 2018.

hooks, bell. **E eu não sou uma mulher?**: mulheres negras e feminismo. São Paulo: Rosa dos Tempos, 2019.

hooks, bell. **Tudo sobre o amor**: novas perspectivas. São Paulo: Elefante, 2020.

LACOSTE, Yves. **A geografia – isso serve, em primeiro lugar para fazer**

Fernanda de Faria Viana Nogueira, Tais Alves Teixeira

guerra. Tradução de Maria Cecília França. Campinas, SP: Papyrus, 1988.

LUGONES, María. Colonialidad y Género. **Tabula Rasa**, n. 9, p. 73-101, 2008.

MOHANTY, Chandra Talpade. Bajo los ojos de occidente. Academia Feminista y discurso colonial. In: NAVAZ, Liliana Suárez; HERNÁNDEZ, Aída (Ed.). **Descolonizando el Feminismo: Teorías y Prácticas desde los Márgenes**. Madrid: Cátedra, 2008.

MCKITTCK, Katherine. O último lugar em que eles pensaram: Geografias de mulheres negras. In: CLAUDINO, Guilherme dos Santos; DE PAULA, Larissa Araújo Coutinho; MARES, Rizia Mendes (Org.). **As Geógrafas na História do Pensamento Geográfico**. Rio de Janeiro: Consequência, 2024.

RATTS, Alex. A questão étnica e/ou racial no espaço: a diferença no território e a geografia. **Boletim Paulista De Geografia**, n. 1, v. 104, 2020.

SILVA, Joseli Maria. ‘Relatos de si’: eu, a Geografia e o indizível no campo científico. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 2, n. 42, 2020.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose. Geografia Feminista no Brasil nos anos 80, sim senhor! Uma entrevista com Rosa Ester Rossini. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, v. 7, n. 2, 2016.

SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2018.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. Tradução de Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: Ubu, 2020.

WERNECK, J. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista Da Associação Brasileira De Pesquisadores/as Negros/As (ABPN)**, n. 1, v. 1, p. 07-17. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/303>. Acesso em: 14 jun. 2024.

Contribuição de Autoria / Contribución de autoría

Fernanda de Faria Viana Nogueira: Conceituação, Análise Formal, Investigação, Metodologia, Escrita (primeira redação e edição).

Tais Alves Teixeira: Conceituação, Análise Formal, Investigação, Escrita (primeira redação e revisão).

Recebido em 27 de junho de 2024.

Aceito em 06 de março de 2025.

Fernanda de Faria Viana Nogueira, Tais Alves Teixeira

